



V Jornada de Iniciação Científica

## VI SEMINÁRIO CIENTÍFICO DO UNIFACIG

Sociedade, Ciência e Tecnologia

### DESAFIOS DO FAZER PSICOLÓGICO NO CRAS: A PREDOMINÂNCIA FEMININA E SUAS VULNERABILIDADES.

**Marcilaine Gomes de Andrade<sup>1</sup>, Marcione Rosa de Souza<sup>2</sup>, Maria Luiza Luciano Conceição<sup>3</sup>, Natália Pereira Alves Dias<sup>4</sup>, Onair Zorzal Correia Junior<sup>5</sup>,**

<sup>1</sup>Graduanda em psicologia, FPI, Ipatinga-MG, e-mail: marciandrade777@hotmail.com

<sup>2</sup>Graduanda em psicologia, FPI, Ipatinga-MG, e-mail: marcioneideis@outlook.com

<sup>3</sup>Graduanda em psicologia, FPI, Ipatinga-MG, e-mail: marialuizalucianoconceicao25@gmail.com

<sup>4</sup>Graduanda em psicologia, FPI, Ipatinga-MG, e-mail: natalia.alvesss@hotmail.com

<sup>5</sup>Mestre em Psicologia, UNIFACIG, Ipatinga-MG, e-mail: onairzorzal@gmail.com

**Resumo:** A psicologia vem se desenvolvendo em muitas áreas e sua expansão nos espaços sociais se faz cada vez mais necessária. O presente trabalho é resultado de um estudo analítico acerca da experiência de estágio no CRAS, cuja predominância feminina nos grupos tornou-se ponto de análise para essa pesquisa pautada na psicologia social, valendo-se metodologicamente da investigação-ação-participante. Pretendeu-se versar sobre as percepções acerca do estágio, bem como os diversos atravessamentos que perpassam a prática do trabalho no dispositivo. Também são feitos apontamentos sobre a importância do fortalecimento de vínculos, do desenvolvimento da autonomia feminina e os atravessamentos de “ser mulher” frente às vulnerabilidades e fatores de risco que elas se encontram, bem como o papel fundamental do psicólogo nesse processo. Uma vez que a psicologia se torna ferramenta de inclusão social de pessoas em situação de vulnerabilidade, rompendo com sua tradição clínica e elitista, percebe-se um impacto significativo em contextos simbólicos e concretos na vivência da relação teoria e prática pelas estagiárias.

**Palavras-chave:** Autonomia, CRAS; Fortalecimento de Vínculos; Mulheres; Psicologia Social.

**Área do Conhecimento:** Ciências Sociais Aplicadas; Ciências Humanas.

### CHALLENGES OF DO PSYCHOLOGICAL AT CRAS: THE FEMALE PREDOMINANCE AND ITS VULNERABILITIES

**Abstract:** Psychology has been developing in many areas and its expansion in social spaces become increasingly more necessary. The present work is the result of an analytical study about the internship experience at CRAS, whose female predominance in the groups became a point of analysis for this research based on social psychology, using methodologically the research-action-participant. It was intended to deal with the perceptions about the internship, as well as the various crossings that permeate the work practice in the device. Notes are also made to about the importance of strengthening bonds, the development of female autonomy and the crossings of “being a woman” face of the vulnerabilities and risk factors they encounter, as well as the fundamental role of the psychologist in this process. Since psychology becomes a tool for social inclusion of people in vulnerable situations, breaking with their clinical and elitist tradition, a significant impact is perceived in symbolic and concrete contexts in the experience of the relationship between theory and practice by the interns.

**Keywords:** Autonomy, CRAS, Strengthening Bonds, Social Psychology.

### INTRODUÇÃO

A psicologia social surgiu em solo norte-americano, no século XX, com forte influência do Behaviorismo, positivismo; com um viés cognitivista, experimentalista, individualizante, que não considerava a história de vida e interação social dos sujeitos (ALMEIDA, 2012, p.125) Contudo, percebe-se que tais modelos teóricos não correspondiam com a realidade dos países Latino-americanos, cujo contexto social diferia da realidade Norte-americana. Em função disso, em meados dos anos 70 surge a psicologia social crítica com uma perspectiva sociológica, histórica,

contextualizada, tendo em vista um comprometimento com a sociedade e suas mazelas (ALMEIDA, 2012, p.126).

Quanto à atuação dos profissionais da psicologia, Bock (1999, p. 326) propõe uma visão mais abrangente acerca da sua intervenção, não limitando-os a uma prática individualizante cujo modelo seja restrito aos muros da clínica, mas um fazer psicológico que considere a realidade social enquanto construída pelo sujeito e construtora deste. Pondera, também, sobre uma atuação implicada de tais profissionais visto que “é preciso ver qualquer intervenção, mesmo que no nível individual, como uma intervenção social, e neste sentido, posicionada.” (BOCK, 1999, p.327)

Para tanto, o compromisso social assumido pelo psicólogo, precisa estar atrelado a uma intervenção crítica e transformadora no que tange às condições de vida da sociedade. Faz-se necessário, por meio da psicologia, a transformação da realidade social e a denúncia das desigualdades, sendo imprescindível um comprometimento com a realidade, tanto pelo fazer científico quanto pela sua atuação profissional. Sobre isso, Maciel e Alves (2015) apontam o papel da psicologia social comunitária enquanto promotora de consciência, ao passo que minimiza a alienação, e evoca a participação reflexiva dos grupos, sendo que a busca pelo desenvolvimento, pelo olhar crítico, pela solidariedade, a partir da análise de conflitos cotidianos da comunidade, marca a produção teórica e prática da Psicologia Social Comunitária.

No Brasil, a política de assistência social ainda é recente, a Lei Orgânica de assistência social (LOAS) foi elaborada no ano de 1993, com base na Constituição de 1988, tendo em 2004 sido efetivado o Sistema Único de Assistência Social (SUAS), cuja finalidade é regulamentar serviços, programas e projetos relacionados ao âmbito social, promulgando a implantação de Centros de Referência de Assistência Social (CRAS) em todo território nacional. O CRAS trata-se de espaços voltados para atendimento psicossocial, cujo objetivo é ofertar serviços e ações de proteção básica, destinando atendimento às famílias em situação de vulnerabilidade social quer seja por precárias condições econômicas ou advindas de fragilidades dos vínculos afetivos,

O presente trabalho surge a partir da leitura de uma prática de estágio vivenciada em um CRAS, sob a luz da psicologia social. A julgar a importância de trazer à comunidade científica os aspectos da experiência prática, objetiva-se expor de forma analítica as percepções das estagiárias acerca do estágio, em especial a experiência de grupo com mulheres e os atravessamentos que implicam questões sociais e de gênero, valendo-se da prática da psicologia social enquanto possibilidade de desenvolvimento da autonomia da mulher, diante das múltiplas vulnerabilidades dos usuários e precariedade de recursos.

## METODOLOGIA

As atividades executadas com o objetivo de fortalecimento de vínculos e empoderamento feminino, foram realizadas no CRAS Território IV, no município de Ipatinga/MG, tendo sido realizados 8 encontros entre os meses de setembro a novembro de 2018, tendo alguns encontros sido realizados em uma escola da rede de ensino municipal no distrito de Barra Alegre, também na cidade de Ipatinga/MG.

Os encontros de estágio foram realizados semanalmente, com horário e local previamente estabelecidos por uma supervisora de campo. As estagiárias concentraram suas intervenções em atividades desenvolvidas no CRAS, cujo cronograma era planejado pelas estagiárias e supervisionado pela Psicóloga antes de sua realização. Os participantes eram os usuários do dispositivo que se encontravam em situação de vulnerabilidades múltiplas. Os procedimentos se deram através de grupos de mulheres, grupos de família, atividades educativas em uma escola e busca ativa, sendo que BRASIL (2009, p 21) define busca ativa como:

Uma importante ferramenta de proteção social, pois disponibiliza informações sobre o território, essenciais para o planejamento local e para a ação preventiva da Proteção Básica, por meio da identificação de vulnerabilidades e potencialidades, permitindo assim compreender melhor a realidade social, para nela atuar).

Comentado [U1]:

O método utilizado no estágio foi a Investigação- Ação- Participante, definida por Frizzo (2010, p. 155) como uma: “proposta de intervenção social que se pretenda modificar algum aspecto da realidade sobre a qual intervém”. As oficinas de grupo também foram utilizadas como metodologia nos encontros, que se davam em forma de círculo e eram mediados por técnicas que cumpriam o papel de

promover uma maior coesão grupal e facilitar os aspectos reflexivos. Os grupos eram espaços de troca de experiência, bem como interação entre a comunidade, embora houvesse a predominância feminina, tendo sido esse o grupo que se buscou uma maior leitura nesse artigo. Ao final dos encontros acontecia um momento de lanche e partilha, espaço de descontração e riqueza nas trocas e diálogos. O foco principal das atividades eram o fortalecimento de vínculos e desenvolvimento da autonomia dos sujeitos.

## RESULTADOS E DISCUSSÃO

Durante a prática de estágio foi possível perceber alguns atravessamentos acerca do trabalho no CRAS enquanto dispositivo de políticas públicas. Já nas primeiras experiências, notou-se questões relacionadas à precariedade de recursos no equipamento, que intervém diretamente na prática profissional. Uma situação marcante e notória, vivenciada pelas estagiárias que ilustra tal afirmação, foi a ausência de transporte que respondesse às demandas da comunidade. Havia um cronograma de visita domiciliar que precisou ser alterado devido a problemas com o automóvel, sendo que apenas uma vez na semana era disponibilizado transporte para o dispositivo atender às diversas demandas do território, como visitas domiciliares e busca ativa, que são imprescindíveis no acompanhamento de usuários em casos mais extremos de vulnerabilidade e risco iminente.

O espaço também era impasse para que as atividades se realizassem satisfatoriamente, sendo que algumas delas precisaram ser realizadas em uma sala cedida pela escola da Comunidade. O território abrangia um número expressivo de bairros, por conseguinte um grande número de usuários, para uma equipe e estrutura não correspondentes à alta demanda. Foi possível perceber diante de tais apontamentos, que os profissionais precisavam de um certo manejo para lidar com essas limitações estruturais e a precariedade de recursos para que o trabalho fosse executado da melhor forma, dentro das possibilidades. Quanto a isso, Oliveira et al (2011, p. 147) apontam:

Na ponta da rede, os profissionais da Assistência Social são orientados para o trabalho em equipe com as famílias, sem que sejam efetivamente discutidas e planejadas as formas pelas quais esse trabalho deva acontecer. Mas, embora os guias recomendem várias atividades articuladas, as condições para sua realização são muito precárias. Como consequência, as ações são pontuais, descontinuas e descontextualizadas da realidade social mais ampla.

A prática grupal se mostrou de tamanha eficácia e importância, uma vez que possibilitou trocas sociais, interação entre membros da comunidade, aspectos reflexivos e ressignificações a partir das questões trazidas pelos participantes. O trabalho com grupos também proporcionou um espaço acolhedor onde os usuários se sentiam abertos para falarem de suas vivências e particularidades. Percebeu-se que as técnicas de dinâmicas e o lúdico cumpriram um papel fundamental nesse sentido, o que evidencia o grupo enquanto um espaço onde se "compreende o homem na sua totalidade histórica, em movimento e protagonista da sua história particular e coletiva, forjando relações cotidianas que podem contribuir para a construção de uma vida mais digna e humana" (FREITAS, 1998, p. 8)

Ainda a partir da prática com grupos, pode-se fazer apontamentos acerca da imprescindibilidade da união familiar na resolução de conflitos, que pode ser estremecida diante da fragilidade dos vínculos e da vulnerabilidade a qual se encontram. Para tanto, as atividades grupais realizadas no CRAS cumprem esse papel fundamental no sentido de fortalecer os vínculos sociais e familiares. A experiência possibilitou vivências que nos colocaram diante das condições vulneráveis as quais os usuários se encontravam e, portanto, observou-se a necessidade de intervenções que promovam autonomia e dignidade.

Nesse sentido, tornou-se notório a imprescindibilidade do trabalho, bem como do papel do psicólogo enquanto um agente promotor de mudanças e fortalecimento de vínculos. Souza e Marin (2017, p. 601) apontam que:

A participação do psicólogo na política pública da assistência social deve estar direcionada para a atenção e prevenção a situações de risco, intervindo nas situações de vulnerabilidade, promovendo e favorecendo o fortalecimento dos vínculos familiares e comunitários, além de desenvolver e reforçar suas potencialidades e autonomia

Os grupos eram compostos predominantemente por mulheres, até mesmo os grupos de família cuja finalidade era o fortalecimento de vínculos, a presença masculina era ínfima. Sendo as mulheres o grupo que mais acessam o dispositivo, e tendo em vista que estão também em maior situação de vulnerabilidade, a predominância feminina nos encontros tornaram-no um espaço de trocas, de acolhimento, onde elas traziam sobre suas lutas, receios, angústias e possibilitaram uma elaboração de forma conjunta. Em muitos momentos as conversas direcionaram para discussões como o lugar social que a mulher ocupa, sobre a responsabilidade das questões relacionadas à família ser majoritariamente feminina e qual o lugar da mulher no que tange ao pertencimento aos espaços sociais, entre outras coisas.

Para além de um espaço de desenvolvimento de autonomia, possibilidade de empoderamento, os encontros tomaram um lugar de amparo, de acolhimento frente a um contexto de vulnerabilidades, relatos de situações cotidianas que denotam desamparo e sofrimento. Mulheres emocionalmente sobrecarregadas frente a responsabilidades e exigências, histórias de vida marcadas por vulnerabilidades e violações de direitos. A face perversa da condição feminina é exposta pela sobrecarga de papéis assumidos diante das dificuldades econômicas e violências experimentadas por essas mulheres, que tem como consequência uma baixa autoestima, frustrações, medos e anseios, contrapondo a coragem e perseverança dedicadas na luta diária por sobrevivência. (PINTO et al, 2011, p. 169)

A participação das mulheres nos encontros, bem como as discussões trazidas por elas acerca do ser mulher na sociedade, papéis sociais, questões de gênero, foram vivências que marcaram muito a experiência de estágio. Foi feita a utilização do lúdico, em algumas dinâmicas houve transferência de questões emocionais para uma cena fictícia, em que puderam ser acessadas questões mais profundas como conflitos familiares e até mesmo violência doméstica, e elaborados juntamente com o grupo. As técnicas utilizadas tiveram um papel fundamental nesse processo de interação entre os participantes, o que possibilitou maior coesão grupal, contribuindo significativamente no sentido de criar espaços de trocas, além de possibilitar aspectos reflexivos. O que foi possível perceber nos encontros é que as mulheres tinham maior facilidade de expor sobre questões que as angustiava, bem como acolher umas às outras. Nesse sentido, os grupos eram espaços onde elas se sentiam acolhidas: falavam das suas experiências, vivências e elaboravam a partir das trocas que aconteciam. Estar em um espaço com mulheres de diferentes contextos e histórias de vida em sua maioria atravessadas por violação de direitos, vulnerabilidades, lutas constantes foi uma experiência marcante. Falar em questões de gênero, papel da mulher na sociedade, desenvolvimento de autonomia foi um desafio, pois tratar desses assuntos também implica em propor diálogos a partir de uma ruptura com elementos naturalizados pela cultura.

Dentro desse olhar, ainda contemplou-se o empoderamento feminino na resolução de conflitos como a importância de seu desenvolvimento e fortalecimento de seu papel, com o lugar de uma voz mais ativa, menos conformista, como pessoas atuantes e fundamentais na lida do dia-a-dia familiar, cabendo a elas a postura que provém de um olhar crítico e cheio de firmeza embora não desprovido da sensibilidade feminina, que tem muito a contribuir na construção e manutenção do que chamamos de lar. Conforme ilustra Rodrigues e Costa (2011, p.6): "Libertar-se é ir além, ressaltar as condições de diversidade nas relações de gêneros para que a mulher passe a ser vista como indivíduo autônomo, um ser humano independente". Nesse ponto, os trabalhos grupais, oficinas, dinâmicas e processos de reflexão, desenvolvidos pela presença da psicologia nessa experiência no CRAS, vem de encontro com a necessidade de não apenas assistir à pessoa da mulher, mas possibilitar seu conhecimento ou percepção de si mesma frente sua própria realidade, como também seu desenvolvimento humano, ainda que de forma Tateada e ou limitada por questões que escapam nossos espaço de atuação.

Pensar nas questões de gênero e papéis sociais, é compreender também que ser mulher implica em uma luta constante por quebra de paradigmas e por um lugar social de igualdade entre os gêneros. Como pontua Pinto et al (2011, p. 169):

A par da vulnerabilidade social a que estão expostas, pode-se constatar que elas também apresentam alto grau de vulnerabilidade emocional, seja pelo sentimento de abandono, seja pela violência e exploração a que foram submetidas, seja pela fragilização a que estão expostas cotidianamente na busca de estratégias para a sobrevivência de seu núcleo familiar.

Nos encontros, foram realizadas atividades com intuito de desenvolver a autonomia das mulheres. Nesse momento, percebeu-se a importância de se trabalhar aspectos relacionados às redes

de apoio, tendo em vista os aspectos protetivos e de pertencimento no âmbito familiar e social. As reflexões consistiam em fortalecer os vínculos como um ponto de apoio para a vida e os possíveis conflitos. Os participantes avaliaram os vínculos sociais e familiares como fundamentais, no enfrentamento de eventuais conflitos e situações de sofrimento.

As atividades realizadas enquanto proposta de intervenção tinham como alvo aproximar as mulheres da comunidade e promover espaços de pertencimento. Percebeu-se portanto a importância do trabalho no CRAS em consonância com as redes, no que tange ao fortalecimento de vínculos familiares fundamentados na confiança, bem como o pertencimento social em espaços democráticos. Sobre isso, Gomes e Pereira (2005, P. 359) apontam:

O estabelecimento de vínculos é próprio do ser humano, e a família, como grupo primário, é o locus para a concretização desta experiência. A confiança que o indivíduo tem de que pode estar no mundo e estar bem entre os outros lhe é transmitida pela sua aceitação dentro do grupo familiar. O sentir-se pertencente a um grupo, no caso, à família, possibilita-lhe no decorrer de sua vida pertencer a outros grupos.

Dessa forma, percebeu-se a promoção do vínculo como um fator de crescimento pessoal, conscientização e mudanças.

## CONCLUSÃO

A psicologia social enquanto norteadora da prática de estágio possibilitou uma visão mais abrangente acerca das possibilidades de intervenção para além do atendimento clínico individualizado. Assim, uma vez tomado o conhecimento do ambiente social, faz-se necessário essa postura ativa do profissional. O psicólogo precisa estar atento à demanda, e mais ainda, ao que está além dela. (FERREIRA, 2014, p.98).

A prática possibilitou prestar uma maior assistência aos usuários, quase exclusivamente formados por mulheres, com propostas de dinâmicas de grupo e oficinas confeccionadas pelas estagiárias. Pode-se pensar em uma troca de saberes e experiências que agregam conhecimento às estagiárias, à psicóloga que prestava serviço para o CRAS e às mulheres atendidas. Dessa forma, a Investigação-Ação-Participante teve grande aplicabilidade nas atividades em grupo, pois o estágio proporcionou contato e intervenções diretas, levando em consideração a realidade social dos sujeitos e visando a promoção do fortalecimento de vínculo familiares e sociais.

O estágio proporcionou a percepção de quão desafiador é trabalhar nas políticas públicas de assistência social. De um lado, a complexidade das demandas trazidas pelos sujeitos, e de outro, a precariedade de recursos disponíveis. Tal percepção também é evidenciado por Ribeiro apud Macedo (2015, p. 812)

Os limites institucionais e políticos da Assistência Social brasileira, diante do atual cenário de exclusão social e violência estrutural, que podem comprometer processos de desenvolvimento de autonomia e fortalecimento dos usuários das políticas de Assistência Social. Sobre tudo quando se leva em consideração falta de recursos e de suporte organizacional do serviço, falta de equipe consolidada e capacitada, desarticulação da rede socioassistencial e conhecimento reduzido dos usuários e funcionários quanto ao SUAS.

Foi observado quanto a isso, que os trabalhos com grupos que deveriam acontecer semanalmente acontecem mensalmente, em decorrência de muita demanda para um quadro limitado de funcionários. O mesmo se aplica às atividades de visita domiciliar, que não acontece com a frequência necessária devido à precariedade de transporte, que é disponibilizado apenas uma vez por semana. De modo geral, pôde ser constatado uma real carência de informação e recursos socioeconômicos, interesse e participação dos usuários, vínculos fortalecidos com a equipe, surgimento de novas demandas somadas ao alto índice de demandas já existentes.

O estágio possibilitou um momento rico de troca de saberes entre as estagiárias, a supervisora e os usuários, o que agregou um grande aprendizado. Foi muito desafiador, pois embora houvesse uma programação prévia dos encontros com grupos, estes se davam de forma flexível, tendo por base o acolhimento e elaboração das demandas trazidas pelos participantes. Foi possível vivenciar na

prática os conhecimentos adquiridos, e adentrar na proposta da psicologia social, que não se pauta em um viés clínico e individualizante, mas em um compromisso social e comunitário.

## REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Leonardo Pinto de. Para uma caracterização da Psicologia social brasileira. *Psicol. cienc. prof.*, Brasília, v. 32, n. spe, p. 124-137, 2012. Disponível em <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1414-98932012000500009&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-98932012000500009&lng=en&nrm=iso)>. acesso em 09 de setembro de 2020. <http://dx.doi.org/10.1590/S1414-98932012000500009>.

BOCK, Ana Mercês Bahia. A Psicologia a caminho do novo século: identidade profissional e compromisso social. *Estud. psicol. (Natal)*, Natal, v. 4, n. 2, p. 315-329, Dec. 1999. Disponível em Acesso em 15 Nov. 2018. <http://dx.doi.org/10.1590/S1413-294X1999000200008>.

Brasil. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. (2009). Orientações técnicas: Centro de Referência da Assistência Social – CRAS. Brasília: MDSCF.

FERREIRA, Rita Campos. Psicologia social e comunitária: fundamentos, intervenções e transformações. 1.ed. São Paulo: Érica, 2014.

FREITAS, Maria de Fátima Quintal de. Inserção na comunidade e análise de necessidades: reflexões sobre a prática do psicólogo. *Psicol. Reflex. Crit.*, Porto Alegre, v. 11, n. 1, p. 175-189, 1998. Disponível em <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0102-79721998000100011&lng=pt&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-79721998000100011&lng=pt&nrm=iso)>. acesso em 09 set. 2020. <https://doi.org/10.1590/S0102-79721998000100011>.

FRIZZO, Katia Regia. Investigação Ação Participante. In: SARRIERA, Jorge Castellá. SAFORCADA, Enrique Teófilo (org). Introdução à psicologia comunitária: Bases teóricas e metodológicas. Porto Alegre: Sulina, 2010. 231p. p.155.

GOMES, Mônica Araújo; PEREIRA, Maria Lúcia Duarte. Família em situação de vulnerabilidade social: uma questão de políticas públicas. *Ciênc. saúde coletiva*, Rio de Janeiro, v. 10, n. 2, p. 357-363, abr. 2005. Disponível em <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1413-81232005000200013&lng=pt&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-81232005000200013&lng=pt&nrm=iso)>. acesso em 09 set. 2020. <https://doi.org/10.1590/S1413-81232005000200013>.

MACEDO, Orlando Júnior Viana et al. Ações do Profissional de Psicologia no Centro de Referência da Assistência Social. *Psicol. cienc. prof.*, Brasília, v. 35, n. 3, p. 809-823, Set. 2015. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1414-98932015000300809&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-98932015000300809&lng=en&nrm=iso)>. acesso em 09 Set. 2020. <https://doi.org/10.1590/1982-3703001632013>.

MACIEL, Tania Maria de Freitas Barros; ALVES, Monalisa Barbosa. A importância da psicologia social comunitária para o desenvolvimento sustentável. *Pesqui. prá. psicossociais*, São João del-Rei, v. 10, n. 2, p. 272-282, dez. 2015. Disponível em <[http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1809-89082015000200005&lng=pt&nrm=iso](http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1809-89082015000200005&lng=pt&nrm=iso)>. acesso em 09 set. 2020.

OLIVEIRA, Isabel Fernandes de et al. A prática psicológica na proteção social básica do SUAS. *Psicol. Soc.*, Florianópolis, v. 23, n. spe, p. 140-149, 2011. Disponível em. Acesso em 20 set. 2020. <http://dx.doi.org/10.1590/S0102-71822011000400017>.

PINTO, Rosa Maria Ferreiro et al. Condição feminina de mulheres chefes de família em situação de vulnerabilidade social. *Serv. Soc. Soc.*, São Paulo, n. 105, p. 167-179, Mar. 2011. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0101-66282011000100010&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-66282011000100010&lng=en&nrm=iso)>. acesso em 15 Set. 2020. <https://doi.org/10.1590/S0101-66282011000100010>.

RODRIGUESA, Valeria L. COSTA, FL importância da mulher. PARANÁ. Secretária de Estado da Educação. Superintendência de Educação. O professor PDE e os desafios da escola pública paranaense. Curitiba: SEED/PR 1, 2011.

SOUZA, Xismara Rodrigues de; MARIN, Angela Helena. Intervenção com famílias em descumprimentos das condicionalidades do Programa Bolsa Família. Saude soc., São Paulo, v. 26, n. 2, p. 596-605, jun. 2017. Disponível em <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0104-12902017000200596&lng=pt&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-12902017000200596&lng=pt&nrm=iso)>. Acesso em 09 set. 2020. <https://doi.org/10.1590/s0104-12902017160112>.